

SISTEMA AGRÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CRATO OITOCENTISTA

Darlan de Oliveira Reis Junior
Universidade Regional do Cariri

Tendo como ponto de partida a discussão teórica sobre a História Agrária e a História Regional aliada à pesquisa em fontes primárias, como inventários, testamentos, livros de registros de terras, entre outros, o presente trabalho busca analisar a relação entre o sistema agrário e as relações de trabalho no Crato durante o século XIX. Segundo a produção historiográfica, a cidade do Crato foi no século XIX, um núcleo importante da economia regional, com destaque para a produção canavieira com vistas à produção de rapadura. No período abordado, o setor rural desempenhava papel predominante na economia da cidade. A partir de nossa pesquisa, em andamento nos inventários *post-mortem*, constatamos a presença contínua da utilização do solo para a prática da pecuária e a utilização do trabalhador escravizado em diferentes tipos de propriedades, além do número considerável de escravos do gênero feminino e também de crianças na condição de cativas, além do que tradicionalmente se afirmou sobre a região do Cariri.

A necessidade de realizar uma análise feita a partir de uma realidade concreta é fundamental. Precisamos fazer um recorte espacial. Torna-se necessário fazer uma articulação entre o geral e o local. Apesar da existência de uma totalidade, é preciso entender a realidade social concreta, aferir a originalidade de uma região, contribuindo para uma melhor compreensão dessa mesma totalidade. Trabalhamos numa perspectiva regional. Tomando como referência a posição definida por Ciro Flamarion Cardoso, de que a única maneira de usar com proveito a noção de região, consiste em defini-la operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem ter a pretensão de que seja a única maneira correta de recortar o espaço e determinar blocos regionais.¹ O recorte espacial deve ser então definido a partir das prioridades de quem pesquisa, levando-se em conta, as divisões administrativas e políticas do período em estudo.²

Desde o primeiro momento, é importante lembrar que a simples utilização de uma fonte histórica no trabalho do historiador só tem sentido quando está vinculada às questões

que ele pretende estudar. O simples manusear das fontes, ou a catalogação das mesmas, pode até levar à formulação de algumas idéias, mas, na maior parte dos casos, o historiador quando parte para a pesquisa, já tem consigo vários questionamentos e perguntas. Não se nega a possibilidade de que, no contato com as fontes, surjam as idéias e novas questões. É inerente ao processo de produção do conhecimento científico, a vinculação entre a teoria e a prática.

No entanto, a elaboração e a construção da história enquanto ciência, só é possível quando embasada por uma teoria prévia. Sem essa condição, não há conhecimento científico histórico possível. Nos dias atuais, a discussão no campo historiográfico reflete o que acontece em todo o campo das ciências sociais, como afirmou Ciro Flamarion Cardoso: "As afirmações correntes hoje em dia, da impossibilidade de novas teorias globais e novas teorias holísticas do social, no que vem sendo chamado de *fim da história*".³ Os ataques às teorias globais, o apreço pelo relativismo, pela dispersão, repercute na produção historiográfica, que muitas vezes cai no metodologismo, gerando um problema de desqualificação teórica, pois surgem pesquisas sofisticadas, mas com conceitos limitados tão somente a elas, provocando uma história localista, sem articulações com o geral, interessando muito mais ao historiador do que à sociedade.

É preciso uma estrutura analítica para a pesquisa histórica, baseada no elemento observável e objetivo dos assuntos humanos, independente de nosso juízo de valor. Eis, portanto, a necessidade de uma teoria abrangente, que permita uma análise da história coerente e articulada que acreditamos ser a concepção materialista da história. A problemática colocada pela concepção materialista da história, em nossa opinião é válida na atualidade. A busca da compreensão ao mesmo tempo, holística e dinâmica, a percepção da sociedade constituída por sistemas de relações entre os seres humanos, a elaboração de uma história analítica, estrutural, explicativa, eliminando o arraigamento estático da história, se não são contribuições originais do materialismo histórico, são pelo menos, elementos importantes que estruturam seu pensamento e dão uma unidade à teoria. Quanto às críticas de sua superação, devem ser travadas tanto no âmbito acadêmico, quando se tratar

de assuntos nessa área, assim como no âmbito político, se essa for a seara do combate. É inerente ao materialismo histórico a discussão em níveis políticos.⁴

Ao pesquisarmos o trabalho escravo e as relações sociais escravistas no Crato do século XIX, consideramos a idéia de totalidade do ideário marxista. Partindo dessa idéia de totalidade, percebemos a particularidade das condições de vida das pessoas que ali viveram, trabalharam e se relacionaram, em um dos períodos mais importantes da história brasileira, em que ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, vivenciada no século XIX. A participação da mão-de-obra escrava na região, as diversas formas de propriedade - tanto no campo como na cidade - o valor dos escravos e sua variação no decorrer do século, as demais relações sociais de produção, as atividades econômicas mais presentes naquela sociedade, são objetos de nossa pesquisa.

A utilização da mão-de-obra escrava foi condição indispensável na formação social brasileira. A escravidão se constituiu na relação social de produção predominante, a partir da colonização portuguesa no século XVI, chegando ao século XIX, quando o Brasil formalmente independente, adotava o regime monárquico. Tendo por fundamento o modo de produção escravista colonial, a escravidão não se manifestou apenas na base econômica, mas em todos os setores da sociedade brasileira.⁵ Segundo Robert Conrad, dos 643 municípios brasileiros sobre os quais havia estatísticas, em todos era registrada a presença de escravos. No Brasil, a produção com base no trabalho escravo não foi simples alternativa, mas uma relação de produção que deu fundamento a todas as esferas da vida social e ter ou não, um escravo, posicionava o indivíduo na estrutura social.⁶

Emília Viotti da Costa afirmou que a “história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo”.⁷ A escravidão se manifestava não só na base econômica, mas, todos os padrões materiais e morais eram atingidos por ela. Ter ou não, um trabalhador reduzido à escravidão, posicionava o indivíduo na estrutura de classes. Os escravos e seu trabalho constituíam a trave mestra da estrutura, a engrenagem central do sistema. O resultado é o que no dizer de Emília Viotti da Costa, constitui na desmoralização do trabalho, visto como

aviltante; na organização da sociedade brasileira em termos de espoliação e não de cooperação; e na degradação total das relações entre os homens.⁸

Segundo os estudos feitos pelos historiadores em diferentes épocas, a província do Ceará ficou conhecida pelo pequeno número de escravos se comparada às demais províncias brasileiras. Enquanto Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro ou São Paulo foram grandes centros da escravidão, o Ceará teria se tornado um lugar em que o trabalho escravo não teve a mesma força.⁹ A estimativa da população escrava na província cearense em 1864 era de 36 mil habitantes nessa condição. O censo de 1872 apresentava 31.975 escravos no Ceará, perfazendo 4,4% da população escravizada no Brasil, ao passo que a província do Rio de Janeiro detinha 39,7% dos escravos.¹⁰ Tal questão levou os historiadores a se debruçarem sobre o assunto, não só na análise dos motivos que tornaram o Ceará uma província onde a escravidão teve menor presença numérica, mas também sobre as relações de trabalho que não eram escravistas e que existiram para atender à necessidade dos proprietários de terras cearenses.¹¹

Nem mesmo a escravidão como tema, foi objeto de estudo na cidade do Crato. Talvez por influência do discurso de que a mesma não foi importante na região do Cariri. Ou porque outros temas muito importantes tiveram a atenção despertada para o estudo dos historiadores. Essa região é conhecida mais pelas suas manifestações culturais (em um sentido estrito) e religiosas e também pelos movimentos políticos, como o da Confederação do Equador. Sobre a escravidão que existiu ali, pouco se escreveu, assim como sobre as condições de vida dos escravos e as relações sociais que se estabeleceram naquela formação social. Nossa pesquisa busca a compreensão dessas questões. Daí a necessidade da abordagem empírica, documental, para que possamos entender, na sociedade cratense do século XIX, o que Stuart Schwartz, ao estudar a sociedade baiana açucareira, chamou de “segredos internos” (as relações sociais daquele sistema).

Outra questão que é o cerne de nossas preocupações é descobrir qual era a verdadeira participação da mão-de-obra escrava no conjunto da economia cratense em todo o século XIX, se houve mudanças e em caso afirmativo, quais as razões, em caso negativo,

o porquê das permanências. Além disso, buscaremos descobrir qual era o percentual de escravos envolvidos em atividades produtivas e não-produtivas e a importância desse tipo de trabalhador no universo das propriedades existentes.

Estamos levantando as fontes existentes que poderiam nos fornecer as condições para a pesquisa. As fontes que mais chamaram nossa atenção foram as cartoriais e as do poder judiciário.¹² Em primeiro lugar, além de investigar sobre a produção bibliográfica, buscamos verificar a existência da presença da mão-de-obra escrava na economia cratense. Os inventários se tornaram, então, fonte preciosa para a resolução da questão. Através da descrição e do levantamento dos bens de vários inventariados, recolhemos os dados pertinentes à questão colocada.

No caso que estamos discutindo, a primeira etapa foi identificar em que local estavam guardados os inventários. Na cidade do Crato, os inventários estão no fórum da cidade, Fórum Desembargador Hermes Parahyba.¹³ O inventário mais antigo encontrado data de 1751.¹⁴ Depois desse, o próximo inventário encontrado é de 1806 e aí temos uma disposição seriada dos inventários. Encontramos inventários dispostos em cerca de 24 caixas, entre o período referido e o início do século XX, além da possibilidade de encontrarmos outros, em diversas caixas que contém a etiqueta “difícil identificação”, que contém misturados diferentes tipos de documentação. Das caixas que estão em um estado de conservação razoável, estamos fazendo a limpeza e a catalogação dos inventários.

Sobre a situação econômica dos inventariados, havia uma diversidade de situações. Pequenos agricultores de produtos de subsistência e criadores de gado, lavradores de cana-de-açúcar, donos de engenho de cana. Tomemos o exemplo de Bento Moreira da Silva¹⁵, falecido em 1809, que tinha em seu inventário apenas dois escravos, “(...) *hum escravo de nação cabra de nome Feliz em idade de 60 anos pouco mais ou menos*”, avaliado em oitenta mil-réis, e “(...) *huma escrava mulata de nome Ignacy com idade de 48 anos*”, avaliada em cem mil-réis. O senhor Bento Moreira tinha ainda um prato de estanho e doze cabeças de gado, entre vacas, novilhos e garrotes. Havia uma dívida a receber de sessenta mil-réis. Nada mais. Levando-se em consideração o dinheiro que havia a receber

proveniente de dívidas no total de seus bens, os seus dois escravos em idade avançada representavam 63,73% da riqueza desse pequeno criador. Dois escravos cuidando, de doze cabeças de gado.

No inventário de João Machado Jorge¹⁶, feito no ano de 1814, encontramos ouro, prata, tachos de cobre, instrumentos de ferro, como enxadas e machados, móveis, roupas e até rapaduras. Quanto aos seus principais bens, como gado bovino, encontramos 36 cabeças (entre vacas, bois, novilhos etc). De gado eqüino, havia 19 cabeças. João Machado Jorge possuía dois sítios e mais algumas braças de terras, 01 engenho, casa de morar, casa de farinha, era credor de várias pessoas e devia a outras algum valor em dinheiro. No que se refere aos escravos, existiam 14, totalizando o valor de 1:370\$000 (um conto e trezentos e setenta mil-réis) que correspondiam a 43,24%, considerando-se as dívidas que havia a receber (já descontadas as dívidas passivas). Esse senhor de 14 escravos criava gado e tinha um engenho de cana-de-açúcar. Provavelmente combinava a mão-de-obra escrava com trabalhadores livres.

A pesquisa empírica com base nos inventários tem nos mostrado até agora a ocorrência do trabalhador escravo em diferentes tipos de propriedade e diferentes classes sociais. Dos menores até os maiores proprietários na região, a utilização do escravo em suas propriedades no período a que se refere nosso levantamento de dados é razoável. Encontramos escravos numa variação etária e de gênero, num total de 294 pessoas na condição escrava. Tal número pode ser considerado pequeno no que diz respeito a outras regiões do país na mesma época. Mas para a cidade do Crato, na província do Ceará no século XIX, não se trata de um número insignificante. É preciso a continuidade da pesquisa, para percebermos como se dá a utilização da mão-de-obra nas diferentes propriedades durante o referido século.

Nossa pesquisa está em andamento, o que não permite conclusões finais, apenas observações e análises do momento, sem perder de vista as precauções metodológicas e de formulação de hipóteses a partir das fontes até agora consultadas. A partir da constatação da presença do trabalhador cativo nas atividades econômicas da cidade do

Crato no século XIX, poderemos proceder à análise de sua importância para aquela formação social. Ademais, procuraremos identificar as outras relações de trabalho existentes no período e os conflitos existentes numa sociedade periférica da formação social escravista brasileira. Colaborar para a compreensão da realidade do Cariri cearense no século XIX, a partir das relações de trabalho e classes sociais contribui para o entendimento da totalidade, isto é, de nossa formação social escravista.

¹ CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p.73.

² “ (...) 1) no fundo, toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou de ação prática; 2) além disso, as relações entre o homem e o espaço, que em princípio servem de base à definição regional, não são imóveis, modificam-se no tempo conforme os graus variáveis de organização e exploração do meio ambiente pelo grupo humano, pior ou melhor armado de forças produtivas. Por esses motivos, seria absurdo querer recortar o espaço de uma vez por todas em regiões unívocas e estanques.” idem, p. 73.

³ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: _____ & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 3.

⁴ “A intenção original do materialismo histórico era oferecer fundamentação teórica para se interpretar o mundo a fim de mudá-lo. Isso não era apenas um *slogan*. Tinha um significado muito preciso. Queria dizer que o marxismo procurava um tipo especial de conhecimento, o único capaz de esclarecer os princípios do movimento histórico e, pelo menos implicitamente, os pontos nos quais a ação política poderia intervir com mais eficácia. O que não significa que o objetivo da teoria marxista fosse a descoberta de um programa “científico” ou de uma técnica de ação política. Ao contrário, o objetivo era oferecer um modo de análise especialmente preparado para se explorar o terreno em que ocorre a ação política”. In: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.27.

⁵ Robert Conrad afirmou: “Quando o período colonial se aproximou do seu fim, a escravatura era a instituição mais característica da sociedade brasileira e à medida que a independência se aproximava, a emergência do cultivo do café ia fortalecendo o domínio da escravatura sobre a economia”. In CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.5.

⁶ Ibidem, p.6.

⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998, p.14

⁸ Ibidem, p.15-16.

⁹ “Historicamente se sabe que o Ceará era uma das províncias que, em termos proporcionais, reunia o menor contingente escravo. Era responsável por essa situação a própria estrutura econômica, calcada na pecuária e em incipiente agricultura ou simples feudos domésticos em que o trabalho escravo fugia às características de lucratividade”. In: ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. 2 ed. Ceará: Imprensa Oficial do Ceará, IOCE, 1985, p.223.

¹⁰ CONRAD, op. cit., p. 345.

¹¹ “A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações importantes no âmbito da Província. Como o renascimento da cultura algodoeira e o aparecimento do açúcar e do café como produtos para a exportação. Além do mais, foi nesse período que teve o início o tráfico interprovincial. Entre 1850-1880 saíram oficialmente 16.480 escravos. Essas transformações colocaram na ordem do dia a necessidade de organizar as relações de trabalho na província tendo por base o homem livre/pobre nacional.” PINHEIRO, Francisco José. O HOMEM LIVRE/POBRE E A ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CEARÁ (1850 – 1880). In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza: v.20/21 n° 1-2, p.199-230, 1989/1990, p. 202.

¹² As fontes em que trabalhamos são documentos judiciais como processos criminais, atas do tribunal do júri, livros de registros de sentenças, livros de termos de audiência, arrematações de escravos, ações de liberdade; documentos cartoriais como testamentos, inventários, e cartas de alforria registradas em cartório; documentos eclesiásticos: livros de batismos, livros de óbitos, livros de casamentos e correspondências eclesiásticas. Além disso, buscaremos os jornais da época.

¹³ A falta de uma política de preservação do patrimônio histórico é uma característica marcante na região do Cariri. Apesar da iniciativa do poder judiciário em guardar os documentos antigos, não existem recursos nem condições físicas para a preservação dos mesmos. A própria Universidade Regional do Cariri, que tem 18 anos de existência e oferece o curso de História, não possui um Centro de Documentação ou mesmo um simples arquivo. Nesse sentido encaminhamos, em conjunto com a Profª Sônia Maria de Meneses Silva, um projeto para a criação do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas da Universidade Regional do Cariri – CDPH – URCA, que foi aprovado pelo colegiado do Departamento de História. Pretendemos coletar, preservar, restaurar e conservar os documentos e assim possibilitar a pesquisa aos interessados.

¹⁴ Arquivo do Fórum Desembargador Hermes Parahyba, Cidade do Crato – Inventários, Caixa 01, Pasta 01. A partir daqui utilizaremos a sigla AFC (Arquivo do Fórum do Crato).

¹⁵ AFC - Inventário de Bento Moreira da Silva, caixa 01- inventário, pasta 03, 1809.

¹⁶ AFC - Inventário de João Machado Jorge, caixa 01 – inventário, pasta 05, 1814.